

ESCOLA E COMUNICAÇÃO: O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Adriana Azevedo

Professora de rádiojornalismo na Universidade Metodista – SP
Diretora do Curso de Produção Editorial da Faculdade Editora
Nacional – FAENAC em São Caetano do Sul/S.P
Palestrante no Educom.rádio.a ECA/USP

O mundo contemporâneo vem passando por um processo de transformação social, econômica e política sem precedentes na história da humanidade, que lança suas raízes para além dessas dimensões, no plano das mentalidades e, sobretudo da cultura, no seu sentido lato. As grandes revoluções do final do século XVIII vieram a reforçar esse olhar positivo do futuro da humanidade, sob o signo da democracia representativa, da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Ainda que esses ideais não tenham desaparecido completamente dos sonhos do planeta, a compressão do tempo e do espaço descortina um mundo em que as barreiras políticas tendem a desaparecer sob a égide de associações regionais de estados-nação que sem embargo lutam ferozmente por uma sobrevida que há de se prolongar ainda por algum tempo.

Há uma inquietude contemporânea situada nesta era marcada pelo fim das metanarrativas, simbolizadas pela queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria. A América Latina que viveu nos anos 70 experiências autoritárias com governos militares e que tinha a democracia apenas como um grande sonho, a partir do início dos anos oitenta passa a viver uma série

de lutas pela reestauração de sua liberdade de opinião, de expressão e também, pelo direito efetivo à comunicação.

Nesse sentido, a comunicação, através do uso dos meios massivos, deve ser percebida não do ponto de vista tradicional, nos seus usos políticos e culturais tradicionais como instrumento para abrir mercados de consumidores e favorecer interesses econômicos e políticos vinculados direta ou indiretamente aos donos dos veículos de comunicação, mas, enquanto um instrumento de luta, de fala dos oprimidos, instrumento que capacita os cidadãos ao exercício de sua cidadania.

Conforme Luckesi devemos definir "a cidadania como a possibilidade plena dos direitos e o exercício dos deveres por todos os membros de uma sociedade. Isso implica a realização dos direitos civis (liberdade de pensar, liberdade de expressar-se, liberdade de ir e vir etc.), dos direitos políticos (poder de escolher e ser escolhido para a direção dos bens sociais, modernamente o direito de votar e ser votado), e, finalmente, dos direitos sociais (direito ao trabalho, à alimentação, à habitação, ao lazer etc...). Por outro lado, a cidadania implica o exercício de deveres para a realização do bem-estar de todos os outros membros da sociedade, traduzidos em trabalho, produtividade, relações igualitárias etc. Historicamente, a cidadania assim definida, ainda não se realizou e permanece sendo um ideal dos povos". (Luckesi In: Kunsch. 1986. P.31).

Porém, ressalta-se que o fator essencial para o progresso e desenvolvimento dos homens é a cidadania. Entendida por Demo como "competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletiva organizada. Para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação. Destacando-se acima de tudo, o

processo emancipatório. Este se funda, de partida, na capacidade crítica, para, com base nesta, intervir na realidade de modo alternativo. (...) Não-cidadão é, sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro sem dela participar” (Demo. 1995, p.2).

Certamente a luta e conquista da cidadania, como bem definiu Luckesi, fazem parte das demandas dos movimentos sociais contemporâneos latino-americanos. Contudo, para Scherer-Warren:

“Trata-se de processo cuja trajetória histórica é bastante antiga. Remonta à polis grega a origem da noção de cidadão. Nasceu, todavia, com dimensão de exclusão social e de manutenção da hierarquização social. Tem-se aí uma democracia limitada, em que escravos, mulheres e crianças não são incluídos entre os cidadãos com direito à participação política” (1999, p.59).

Na era moderna, diversas correntes ideológicas e políticas foram espaços para a ampliação dos direitos de cidadania. As concepções dos movimentos sociais com pretensões universalizantes como o liberalismo, a democracia e o socialismo, comportam tensões e contradições no confronto de suas práticas. “Do liberalismo vem a idéia dos direitos individuais, do ‘laissez-faire, laissez-passer’ e da consciência da liberdade como valor primordial para a vida tanto individual como em sociedade. Da democracia vem a ênfase na igualdade de direitos políticos, de participação na escolha de governantes e na vida política de uma região ou país, em síntese, dela decorre o enfoque na cidadania política. No socialismo, o princípio

fundamental na construção cidadã encontra-se na conquista da igualdade social e econômica” (Op cit. P.59).

Para Scherer-Warren, os movimentos sociais combinaram, muitas vezes, elementos dessas diferentes correntes, mesmo que acomodando as tensões internas. Já os novos movimentos sociais, surgidos na América Latina nas últimas décadas, além de incorporar elementos diversos desses ideários passa a lutar por novos direitos, os chamados direitos de “terceira geração” (ecológicos, de gênero, étnicos) (Op cit. P. 60).

Certamente na América Latina, a história da cidadania, conforme afirma Scherer-Warren, é a história da conquista da cidadania, num sentido mais pleno e abrangente – de cidadania para todos. E isso ainda é algo a ser conquistado. Para a autora essa conquista se realiza em diversos níveis:

- “Conquista de novos direitos e incorporação dos chamados direitos de ‘terceira geração’;

- Reconhecimento do direito de ter direitos, especialmente entre determinados setores da sociedade, como entre os denominados ‘excluídos sociais’;

- Cumprimento dos direitos, das leis estabelecidas e não observadas. No Brasil, o cidadão em geral não tem o hábito de defender ou fazer respeitar seus direitos, é um quase-cidadão, como nos casos de consumidores lesados, de descaso no atendimento à saúde, de falta de vagas nas escolas, etc.” (Op cit. P. 60).

É importante ressaltar, porém, que a ampliação dos direitos de cidadania relaciona-se com os processos de democratização da sociedade e, no caso

especial da temática aqui abordada, tal ampliação está condicionada ao uso democrático dos meios de comunicação social, em especial do rádio.

É certamente a partir da compreensão do conceito de cidadania que se insere o debate sobre o papel da rádio nas escolas, pois, dependendo do grupo social em que está inserido e da forma como este meio de comunicação for conduzido, certamente este poderá vir a ser um elemento importante para a construção de mecanismos de libertação, aos quais se refere Luckesi.

Nesse sentido, o processo de aprendizagem deve estar pautado por alguns princípios norteadores da ação pedagógica, não apenas de cada professor, mas da base do projeto pedagógico do curso. Assim, entende-se que toda aprendizagem precisa ser significativa, ou seja, precisa estar relacionada com o universo de conhecimentos do educando, de modo a permitir-lhe a formulação de problemas e questões relevantes e relacionadas ao seu futuro cotidiano profissional. Que lhe permita não apenas uma reflexão teórica, mas que a teoria possa lhe permitir confrontar experimentalmente suas bases com problemas práticos de natureza social e profissional.

Pensa-se desta forma, em um aprendiz que participe do processo de aprendizagem e ao participar ele consiga ampliar seus horizontes reflexivos e torne-se sujeito, alterando significativamente o papel do professor em sala de aula, pois este passa a ser encarado como um facilitador da aprendizagem, um gestor de conhecimentos, ajudando o aluno a selecionar informações e articulá-las conforme os objetivos a serem atingidos.

No contexto da aprendizagem, o professor deixa de ser um detentor do saber, um transmissor de informações por meio de preleções e passa a criar

e organizar estratégias para que o aluno busque o conhecimento e seja sujeito do seu processo de construção do saber.

Quando se traça esse perfil de aprendiz e se assume, enquanto professor, um novo papel no processo ensino/aprendizagem, tem-se a aprendizagem como uma contínua abertura para modificações, implicando desde um repensar individual do educando e do educador até posturas coletivas que se refletem em projetos comuns de ação integradora, quebrando paradigmas estabelecidos como o da disciplinaridade, por exemplo, e estabelecendo novas práticas administrativas, tanto no âmbito das salas de aula quanto da instituição.

Tais posturas coletivas devem estar embasadas numa nova metodologia de ensino que privilegie atividades centradas no aluno, em suas capacidades, possibilidades, oportunidades e condições de aprender, que considere as potencialidades, as múltiplas inteligências, através das múltiplas estratégias de ensino-aprendizagem. Desta forma, a prática do professor é considerada sob três aspectos: o conteúdo da área na qual é especialista, sua visão de educação, mundo e homem, e sua habilidade e conhecimentos que lhe permitem uma efetiva ação pedagógica em sala de aula, ou seja, trata-se de um processo em que o professor deve sobretudo, ser um educador, que na visão de Rubem Alves difere profundamente do professor: “ Pode ser que educadores sejam confundidos com professores, da mesma forma como se pode dizer: jequitibá e eucalipto, não é tudo árvore, madeira? No final, não dá tudo no mesmo? (...) Os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma fase, um nome, uma ‘estória’ a ser contada” (ALVES, 1991, p.13).

Como afirma Tagore (1994, p.7) “O que é educar? Não é reprimir, mas ao contrário, exprimir, liberar. Também não é imprimir, mas ao contrário, fazer

brotar, fazer emergir. Menos ainda seria formar, impondo uma forma; ao contrário, seria desentranhar do mais fundo do ser a sua própria forma. Com efeito, o verbo educar vem do latim educere, e significa tirar fora, levar fora, extrair, desentranhar. Educar o homem, significa, portanto, desentranhar a forma humana de dentro do próprio homem, extraindo e revelando a sua própria e íntima essência”. Desta forma, uma visão holística da educação deve propor um encorajamento da divergência e do pensamento criativo do aluno e um estímulo à participação e à integração das diferentes disciplinas e o rádio torna-se um aliado fundamental nesse processo.

“A escola tem uma função mediadora entre a cultura hegemônica da comunidade social e as exigências educativas de promoção do pensamento reflexivo. (...) A escola deve questionar a qualidade das influências recebidas em cada cenário social particular e procurar um clima de convivência que facilite os processos de reconstrução” (GOMES, 1997). Nesse sentido, entendendo o rádio como elemento propiciador de experiências educacionais diferenciadas, transformadoras e relevantes que podem transformar o ambiente escolar, ressignificando relações e ambientes. “Pra mim o projeto escola é uma coisa super legal é assim uma coisa criativa e é..., a gente aprende as coisas rápido, eu acho super legal” (franciele, 8 anos). “A gente aprende na brincadeira, assim, a gente não percebe, mas a gente está ali aprendendo na brincadeira” (Tatiana, 9 anos).

Quando questionados sobre o que representava fazer rádio, um garoto que participa do Projeto Rádio Escola no município de Vargem Grande Paulista na Grande São Paulo, com brilho nos olhos respondeu: “Harmonia, bom... harmonia pra mim não é briga, também, é que às vezes quando a gente se reúne um quer ser melhor que os outros né, essas coisas, e eu acho

que harmonia é ser todo mundo legal, todo mundo na paz, é assim, cada um ajudar o outro, é assim que eu acho que é harmonia” (Maicon, 9 anos).

Nas atividades que envolvem a escrita e a produção intelectual, os alunos inserem um elemento fundamental no processo de aprendizagem: “Meu nome é Armênio, como que nasce o roteiro, como que nasce o roteiro é..., alegria, a gente faz o roteiro e depois a gente fica alegre lá com o que a gente fez, a gente fica satisfeito “ (Armênio, 8 anos).

Na voz dos professores a confirmação das ilimitadas possibilidades que o rádio oferece ao trabalho pedagógico e que certamente estão relacionadas com a formação de um cidadão mais autônomo, consciente e participativo. “No projeto rádio-escola eu estou trabalhando com meus alunos, entrevistas, músicas e por ser o rádio uma coisa diferente da realidade da aula e por eles conhecerem o meio, isso muda muito o conceito deles dentro da sala. Como eles estão gravando programas eles já estão aprendendo a controlar o volume da voz e brincam comigo, viram a boquinha como se estivessem girando um botão de volume até atingirem o volume ideal. Isso já está fazendo parte do dia-a-dia deles. O resultado disso é bastante positivo, eles estão preocupados com o que vão produzir e já estão escolhendo o repertório de músicas. Eles dizem, eu vou cantar aquela... e já não querem que sejam repetidas. Eles querem ouvir a voz deles e levar para as mães e para todo mundo. Eles já estão escolhendo e se posicionando, então é uma coisa que está muito positiva e é o que vai também ajudar a parte pedagógica de sala de aula, o fato de eles estarem se preparando para algo, em pleno início de processo de alfabetização” (Fátima Cruz, professora, trabalha rádio com alunos de 5 anos).

A mídia inserida no projeto escolar no Brasil certamente é um grande desafio, para além das possibilidades localizadas no processo educacional, o

uso dos meios no ambiente escolar nos alenta no sentido de uma transformação positiva da sociedade, na busca de melhores condições políticas, sociais e econômicas. Certamente, o futuro da democracia dependerá da possibilidade que tenham os cidadãos de participar ativamente e com conhecimento dos diversos processos políticos, sociais e econômicos, e o rádio, enquanto meio de difusão dessas falas, nas comunidades, torna-se um elemento fundamental convertendo-se em instrumento dinâmico e agente da transformação social.

Bibliografia

ALVES, Rubens. **Conversa com quem gosta de ensinar**. Série Princípios. São Paulo, SP: Ática, 1991.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.